

## Moradores da Barra já questionam privatização

Lesivo aos cofres da CEDAE e aos interesses da comunidade. Essa é a visão da Câmara Comunitária da Barra com relação aos prazos de investimentos contidos no edital de licitação dos serviços de Saneamento na Barra/Recreio/Jacarepaguá. Na verdade, é um negócio "de pai para filho", pois a nova concessionária deverá investir, ao longo de 11 anos, R\$ 380 milhões, para arrecadar, no mesmo período, R\$ 1,15 bilhão. Sem contar os 14 anos de concessão que lhe renderão, sem a exigência de um único centavo de investimento, mais R\$ 1,5 bilhão. (PÁGINA 8)

### Definida a modelagem para o Rio (PÁGINA 2)

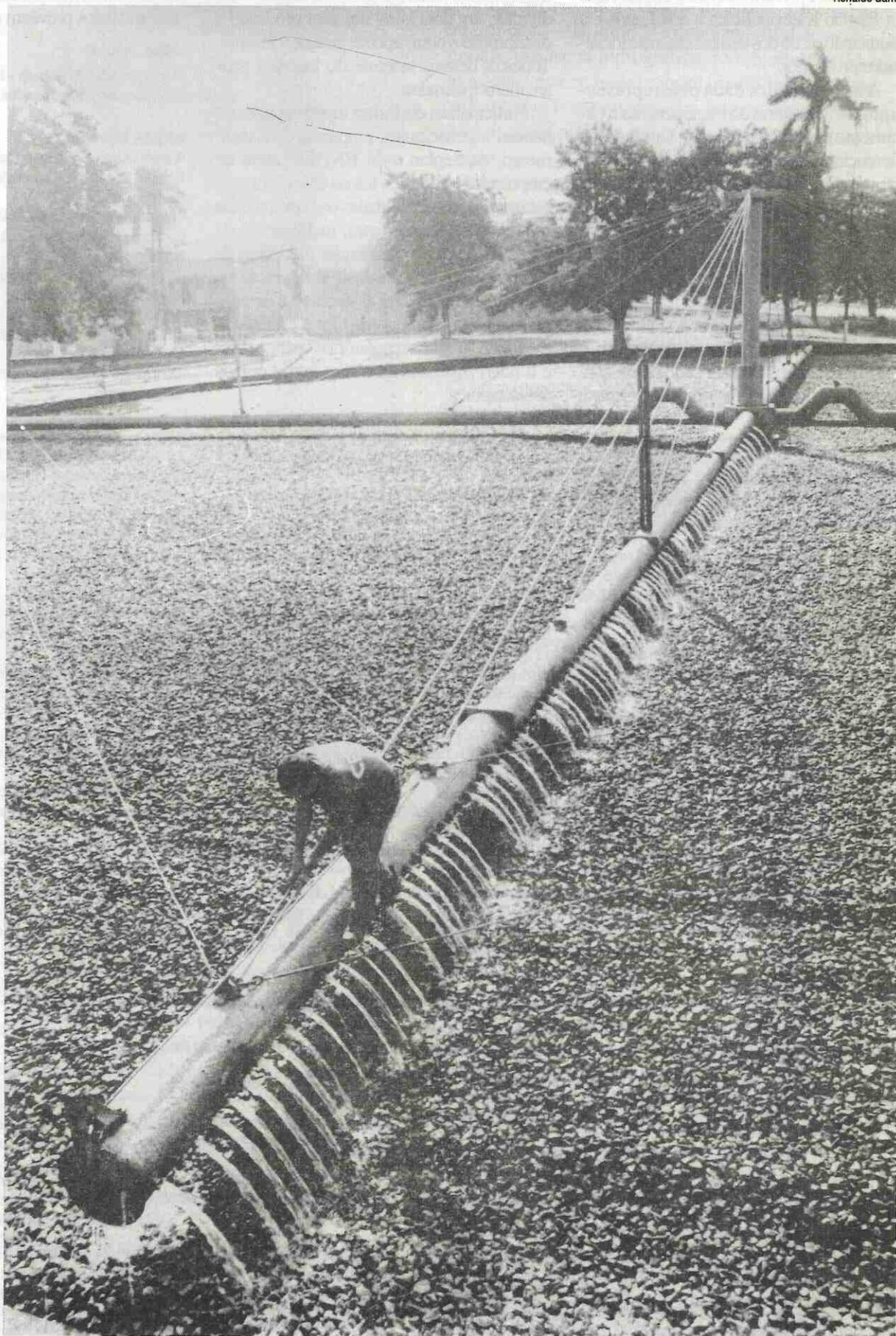
#### REGIÃO DOS LAGOS

Ação na justiça questiona a privatização dos serviços (PÁGINA 5)

#### EDITORIAL

Saneamento, o caminho da eficiência (PÁGINA 3)

■ *Uma Companhia de Saneamento, que prima por produzir água de boa qualidade, não pode se descuidar do destino que esse produto vai ter depois de utilizado pela população. Afinal, sem isso, o Saneamento não está completo e pode trazer riscos à saúde de milhões de pessoas. Não importa se existem recursos, se é noite ou dia, Zona Sul ou Norte...O trabalho não pode parar, pois o que está em jogo é a saúde da população. Assim é a vida dos pouco mais de 450 profissionais, que carregam a responsabilidade de fazer fluir e tratar os esgotos produzidos no dia-a-dia, como na ETE da Penha (foto ao lado), a maior do Estado. Não é tarefa fácil, a não ser pela obstinação de um verdadeiro contingente de "heróis anônimos", que não medem sacrifícios para fazer "a CEDAE que dá certo". (PÁGINA 7)*



Ronaldo Gama

Governo Federal confirma as recomendações do estudo de modelagem para a CEDAE

# A ordem é privatizar

O diagnóstico elaborado por um consórcio franco-brasileiro, contratado em março de 1996 pelo governo do Estado para fazer os estudos de modelagem e regulação do sistema de Saneamento do Rio de Janeiro, recomenda a privatização total dos serviços na Região Metropolitana e dos Lagos e a municipalização dos demais sistemas localizados no interior.

A informação foi dada pelo representante do Ministério do Planejamento e Orçamento, responsável pela Unidade de Gerenciamento do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento, Marcos Thadeu Abicalil, durante o segundo fórum promovido pelo Institute for International Research, para a discussão do processo de privatização e concessão do setor de Saneamento brasileiro, realizado nos dias 24 e 26 de março, em São Paulo.

De acordo com a proposta da Sepurb, o Sistema Guandu deverá ser dividido em quatro concessões para distribuição (Centro/

Zona Sul; Zona Oeste, Baixada Fluminense/ Ilha do Governador e Barra/Recreio/Jacarepaguá). Para Imunana/Laranjal, que atende Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, seria adotada a concessão única total, enquanto o Sistema Juturnaíba (Região dos Lagos) seria dividido em dois lotes: um para produção e distribuição e outro apenas para distribuição. Todos os demais sistemas do interior seriam municipalizados.

Participaram do fórum representantes de bancos internacionais, empresas de Saneamento, da Seplan e do BNDES, além de empresários. Todos os temas discutidos versaram sobre as dificuldades das companhias estaduais de Saneamento, inclusive as da CEDAE, além das facilidades nas linhas de crédito colocadas à disposição da iniciativa privada para viabilizar as operações de concessão. Outro tema tratado foi o estabelecimento de "marcos regulatórios" para o setor e o novo papel dos governos como órgãos fiscalizadores.

Pelo diagnóstico apresentado pela Seplan, no encontro, o Rio de Janeiro é o único Estado que não prevê, dentro do projeto de modernização do setor, a reestruturação de sua empresa de Saneamento. Os processos de transformação da gestão em alguns outros estados prevêem o seguinte:

#### ■São Paulo:

-Reestruturação da Sabesp - Regionalização e Unidades de Negócio - Novas relações com os municípios.

#### ■Mato Grosso

-Municipalização - Propor modelos de gestão por tipo e tamanho de sistema (Concessões, Contratos de Gestão, Autarquias etc.)  
-Reestruturação da SANEMAT - Operadora residual decrescente. Assistência técnica a municípios.

#### ■Pará

-Divisão Contábil e Operacional da Cosanpa - Região Metropolitana de Belém.  
-Elaboração de Contrato de gestão - Interior.  
-Reformulação da Cosanpa - Indicadores de Monitoramento/Metas Interior.  
-Concessão da RM de Belém - Se a Cosanpa não atingir as metas.

## ANIVERSARIANTES DE ABRIL

Nossa homenagem aos colegas da CEDAE que aniversariam no mês de abril:

Alberto Conde Perez.....	29/04
Angela Maria P. dos Santos.....	25/04
Antônio Carlos Alvares Grillo.....	08/04
Antônio Nazareno Soares.....	25/04
Armando Costa Vieira Júnior.....	19/04
Carlos Alberto C. de C. Branco.....	06/04
Carlos Henrique S. de Menezes.....	17/04
Carlos Rikio Suzuki.....	16/04
Dilson Nunes da Silva.....	04/04
Edes Fernandes de Oliveira.....	09/04
Edison Bittencourt Rosa.....	11/04
Egmont Bastos Capucci.....	25/04
Elias Amin Filho.....	18/04
Elivaldo Bragança Gil.....	21/04
Elmano Barata Barbosa.....	13/04
Evaldo Valadão Pereira.....	21/04
Fernando Sá Freire de Pinho.....	23/04
Francisco Paulo de Laet Rizzo.....	02/04
Gerson Luiz da Silva Tavora.....	28/04
Gláucia Alves Ferreira Macedo.....	27/04
Hélio Delconde.....	06/04
Ivone Tavares Bastos.....	08/04
Jaime Dutra Noronha.....	01/04
Jamyl Pereira de Mello.....	29/04
Jean Carlos Rangel Pesenti.....	06/04
João E.M. Alves de Brito.....	28/04
João José Guimarães de Faria.....	10/04
Jonathas Ferreira Filho.....	28/04
Jorge Abrahão.....	28/04
Jorge Bastos.....	22/04
Jorge Guilherme Leal Reis.....	23/04
Jorge Luiz Gomes Campos.....	30/04
Jorge Monteiro de Souza.....	08/04
Jorge Muniz.....	26/04
José Francisco N. Campinho.....	17/04
José Heitor Ferraz.....	03/04
José Luiz Azevedo Marinho.....	14/04
Lúcio Garcia Barbosa.....	15/04
Luiz Alberto do Rego Monteiro.....	03/04
Luiz Carlos Patrocínio de Melo.....	19/04
Luiz de Paula Meirelles.....	02/04
Luiz de Souza Botafogo.....	12/04
Luiz Fernandes Esteves.....	03/04
Márcio Eckhardt.....	08/04
Maria A. Allemand.....	13/04
Maria de Lourdes P. Ferreira.....	02/04
Mauro Pimentel Furtado.....	07/04
Newton Alves de Souza.....	21/04
Orlando Eulalio Machado.....	20/04
Paulo Aníbal U. Oliveira.....	18/04
Paulo César de Menezes da Paz.....	02/04
Paulo César Teixeira Lamas.....	18/04
Paulo Vargas Damasceno.....	19/04
Ricardo Azevedo.....	03/04
Rogério B. Correia C. Rijo.....	03/04
Romar Pereira Mattos.....	07/04
Ronaldo da Silva Turano.....	12/04
Sérgio Vieira F. Martins.....	15/04
Sivaldo Silvio Moreira.....	11/04
Sueli Kolling Turano.....	26/04
Sylvio Restter Gonçalves.....	13/04
Walny Bittencourt de Oliveira.....	04/04

## LIVROS

Relação dos livros doados este mês pelo associado Fernando José Souza Moraes, já à disposição dos interessados, na Biblioteca da ASEAC:

01 - ÁGUA subterrânea e poços Tubulares. 3ª ed. São Paulo: Cetesb, 1978. 482p. il.

02 - ARANTES, Affonso. Administração Mercadológica: Princípios e Métodos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fev., 1978. 1003p.il.

03 - BABBITT, Harold, DOLAND, James J.; CLEASBY, John L. Abastecimento de água. Rio de Janeiro: Usaid, 1967. 592p. il.

04 - BARNES, Ralph M. Estudo de Movimento e de tempos: projeto e medidas de trabalho. São Paulo: Edgard Blucher, 1969. 744p. il.

05 - BRANCO, Samuel Murgel. Poluição: a morte de nossos rios. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1972. 157p. il.

06 - CASA de Terra: as técnicas de estabilização do solo a serviço do homem do campo. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958. 122p. il.

07 - CHAVENATO, Idalberto. Introdução à te-

oria geral da administração, Rio de Janeiro: Mc Grow Hill, 1977. 562p. il.

08 - Construção de sistemas de distribuição de água. São Paulo: Cetesb, 1971. 448p. il.

09 - CUKIERMAN, Zigmund Salomão. Modelo PERT/CPM aplicado a projetos. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1977. 250p. il.

10 - Cursos para administradores: manual nº 1. Rio de Janeiro: Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, 1966. 373p.

11 - DRUCKER, Peter Ferdinand. Administração: responsabilidades, tarefas e práticos. São Paulo: Pioneira, 1975. 3v.

12 - O gerente eficaz. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 184p.

13 - FLIPPO, Edwin B. Principio de administração de pessoal. São Paulo: Atlas, 1970. 639p. il.

14 - HARDENBERGH, W.A. Abastecimento e purificação da água. Rio de Janeiro: Associação Inter- Americana de engenharia Sanitária, 1958. 466p. il.

15 - HERSEY, Paul, Blanchard, Kenneth. Psicologia para administradores de empresas: a utilização de recursos humanos. São Paulo : E.P.U, 1976. 254p. il.

16 - KEPNER, Chonles H. Tregoe, Benjomin B. O administrador Nacional: Uma abordagem sistemática à solução de problema e tomada de decisão. São Paulo : Atlas, 1972. 238p. il.

17 - MIRANDA, Geraldo Inácio Mac. Dowell dos Passos. Organização e métodos. São Paulo: Atlas, 1974. 325p. il.

18 - NEUNER, John W. Keeling, B. Lewis . Administração de escritório . Rio de Janeiro: Ao livro tecnico e científica, 1972. 3v. il.

19 - NEWMAN, William H. Ação administrativa: as técnicas de organização e gerência. São Paulo: Atlas, 1972. 435p. il.

20 - POPPER, Rudolf. A Elaboração de Manuais de Empresas. São Paulo: Pioneira, 1972. 120p. il.

21 - Processos Simplificados para Exame e Análise da Água. São Paulo: USAID, 1970. 276p. il.

22 - STEEL, Ernest W. Abastecimento d'Água; sistemas de esgotos: Rio de Janeiro: USAID, 1966. 866p.il.

23 - TORNAGHI, Newton. Contabilidade para não contadores. Rio de Janeiro: O autor; 1969. 42 p. il.

<p>Jornal da ASEAC VSEVC</p> <p>Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE</p> <p>Rua Sacadura Cabral, 120, Salas 601, 602, 607 e 902</p> <p>Tels: 263 6240 e 296 0025 - Ramal 102 -</p> <p>Telefax: 253 7482</p> <p>Internet: aseac@mandic.com.br</p>	<p>Diretor de Comunicação Jaime Dutra Noronha Diretor Técnico João Benedito Lorenzon Mello Diretor Social Antônio Carlos Alvares Grillo</p>	<p>Arquitetos Dirceu Soares Marinho Filho Biólogos Evandro Rodrigues de Brito</p>	<p>Paulo César Quintanilha Renato Guerra Marques CONSELHO FISCAL Emy Guimarães de Lemos Arlindo Pereira Jorge Rodrigues Leitão Alberto José M. Gomes</p>
	<p>CONSELHO DIRETOR . Representantes dos Administradores Pedro Paulo de Freitas Advogados Sueli Kolling Turano Analistas César Lima da Graça Aposentados Edson Bittencourt Rosas Elyso Américo M. da Fonseca Leon Abram Nacim Chau Cascum</p>	<p>Contadores Sérgio Pereira</p> <p>Demais categorias Eliana Glória de P. Peixoto</p> <p>Economistas Pedro Evandro Ferreira</p> <p>Engenheiros Álvaro Henrique C. Verocai Clóvis Francisco do Nascimento Filho Flávio de Carvalho Filho Márcio de Melo Rocha</p>	<p>PRODUÇÃO E EDIÇÃO Planin - Assessoria de Comunicação Telefax: (021)220 5031/ (021)224 5472 Jornalista Responsável: Carlos Emilliano Eleutério MTB: 12.524/RJ Diagramação João Carlos Guedes Revisão: Maria Amália Montello Edição de março de 1997 Tiragem: 2.000 exemplares</p>

# Saneamento o caminho da eficiência

Recentemente, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp - incorporou aos seus serviços as concessões de Saneamento dos municípios de Beritiba Mirim e Hortolândia, este último, na região de Campinas, com 150 mil habitantes. O detalhe importante disso é que os dois municípios eram servidos por uma empresa privada e foram transferidos à Sabesp a pedido dos próprios prefeitos, devido à insatisfação da população com relação à qualidade dos serviços.

Esse fato, sem dúvida, nos deixa ainda mais confiantes sobre a proposta elaborada pelos técnicos da CEDAE, através da ASEAC, para descentralizar as decisões da Companhia, conferindo uma participação maior aos municípios. E no momento em que o próprio governo coloca a privatização do Saneamento como a alternativa "salvadora da pátria", para melhorar a oferta de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a iniciativa dos dois municípios paulistas se reveste de particular importância. Sem mencionar o fato de que a decisão de resgatar o caráter público dos serviços prestados à população dessas cidades pela Sabesp "põe por terra" a teoria - que tem servido de argumento ao governo federal para defender a privatização do Saneamento - de que o "Estado" é incompetente e que a iniciativa privada é sinônimo

de eficiência e lucro.

**"A decisão de resgatar o caráter público do Saneamento nas cidades de Hortolândia e Beritiba Mirim põe por terra a teoria de que o Estado é incompetente."**

de eficiência e lucro. O modelo concebido para a modernização da CEDAE obedece a alguns princípios que direcionam a Companhia para este caminho - o da administração moderna e descentralizada, tornando-a ágil e eficiente no atendimento aos anseios de uma sociedade cada vez mais exigente e mais consciente de seus direitos. Aliás, a modernização das companhias de Saneamento, já está mais do que comprovado, depende apenas de decisão política. Como exemplo de empresas estaduais modernas e eficientes, além da Sabesp, podemos citar a Caesb e a Sanepar, entre outras. No Rio de Janeiro, a CEDAE não está entre essas empresas, devido à falta de autonomia administrativa, que levou os técnicos da Empresa a conviverem com o processo de deterioração da CEDAE, presa a um modelo gerencial centralizado e arcaico - ainda preso ao extinto Planasa -, que precisa ser reformulado para garantir maior produtividade e qualidade aos serviços prestados à população.

Hoje, existe uma proposta concreta, que garante essa evolução, garante o cumprimento das funções



Arquivo

sociais da CEDAE, como empresa pública responsável por serviços essenciais e indispensáveis à melhoria da qualidade de vida e à saúde da população, viabilizando a implantação de um novo modelo de gestão, que só depende de decisão política por parte do governo do Estado, que, ao contrário do governo paulista e do Distrito Federal, vem insistindo em fragmentar a Empresa para privatizá-la. Existe um consenso de que a CEDAE tem, hoje, um modelo de gestão desgastado, que já não atende aos anseios da sociedade. Mas existe, também, a consciência dos técnicos e da própria população, como já demonstraram a comunidade da Barra da Tijuca e da Região dos Lagos (ver matérias nesta edição), de que a solução não passa, necessariamente, pela privatização dos serviços.

A proposta, já apresentada ao governo, transforma, descentraliza e moderniza a gestão do Saneamento Básico do Estado no Rio de Janeiro. Com ela, criam-se mecanismos capazes de estimular a democratização da gestão dos recursos hídricos e o resgate da capacidade de gerar recursos excedentes para a implementação de novos projetos, de forma a atender, de fato, as necessidades regionais. O novo

modelo prevê a criação de uma empresa controladora - "holding" - e quantas subsidiárias regionais, por bacia hidrográfica, forem necessárias, bem como, de empresas subsidiárias especializadas, para atuarem como suporte das empresas regionais, entre as quais, aquelas que irão captar, tratar e aduzir a água.

Conforme prevê a Constituição, o modelo mantém o controle acionário majoritário do governo do Estado na "holding" e restitui à autoridade municipal, como acionista minoritário, a competência de atuar, através de um Conselho, no abastecimento de água e no esgotamento sanitário da região abrangida pela subsidiária, onde se situa o município. Dessa forma, as prefeituras passam a se integrar à gestão das prioridades regionais, relativas ao desenvolvimento do Saneamento, tendo em vista as metas definidas pela controladora, as necessidades e os recursos disponíveis e a serem adquiridos em órgãos nacionais ou internacionais, ou mesmo, através de papéis negociáveis no mercado de capitais.

É particularmente importante, também, a gestão por bacia hidrográfica. Não podemos esquecer que o País ganhou uma lei, já sancionada pelo presidente da República, que cria a Política Nacional e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esta lei representa um avanço histórico na questão dos recursos hídricos, por diversos motivos: pela criação da sistemática de gerenciamento por bacia hidrográfica, com a participação de todos os interessados; pela taxação por qualquer uso da água; pela consagração do princípio do uso múltiplo (para que uma utilização dos recursos não inviabilize outras); pelas compensações a municípios que tiverem áreas inundadas, e

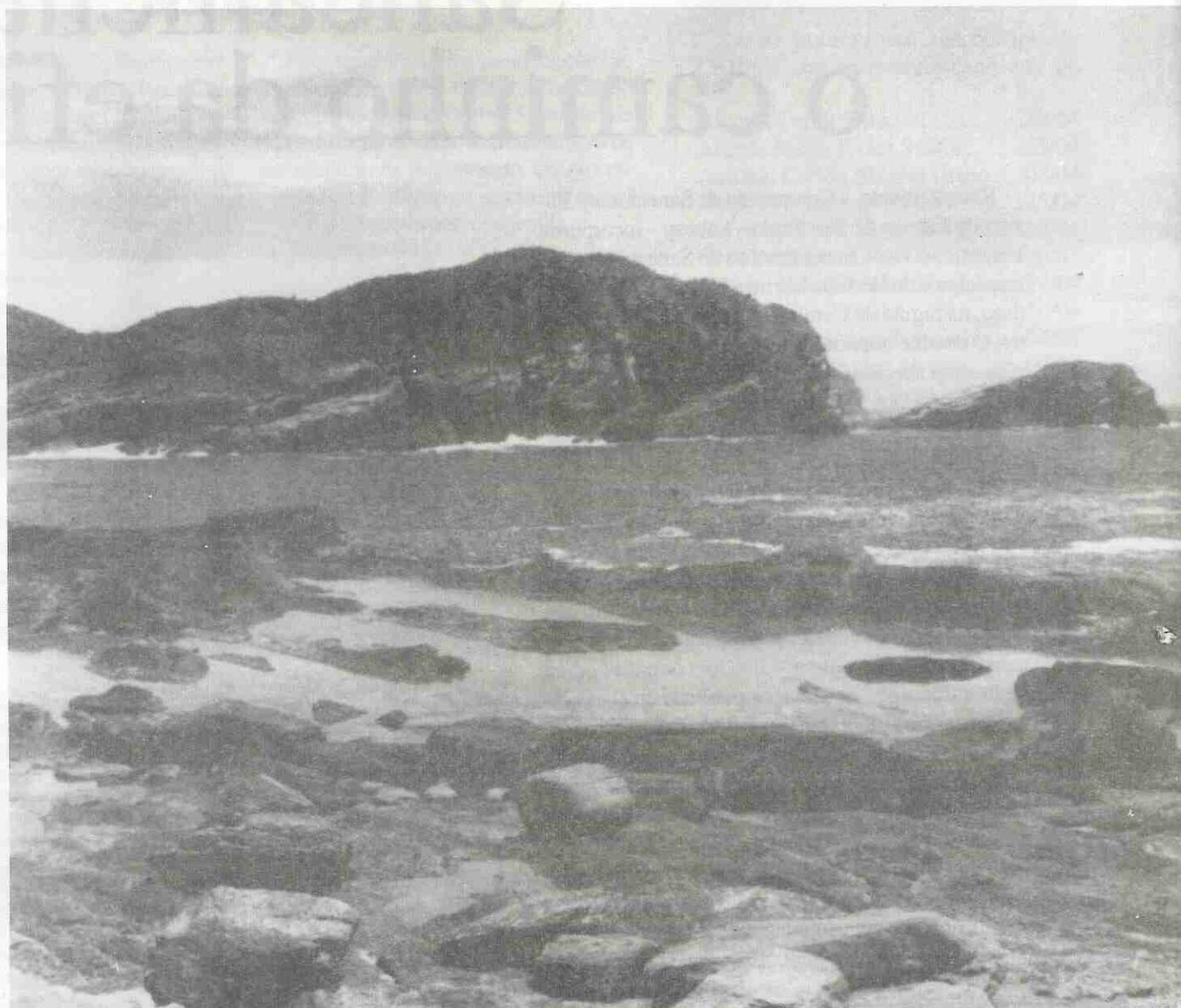
assim por diante. E como todos os estados do Brasil terão de se adaptar à nova lei, o modelo criado para a CEDAE é um avanço nesse sentido, adequando, através da regionalização das ações por bacia, a gestão do Saneamento no Estado. Aliás, não podemos deixar de chamar a atenção, também, para a urgência de garantirmos a preservação dos rios Paraíba do Sul, São João e Muriaé, que abastecem a maior parte do Estado do Rio de Janeiro, e que tantos males sofrem por falta de uma política de proteção efetiva.

Dario Mondego  
Presidente

**"Hoje, existe uma proposta concreta que garante o cumprimento das funções sociais da CEDAE, que só depende de decisão política do governo do Estado do Rio."**

*Vereadores da Região dos Lagos estudam ação popular contra concessões*

# Privatização não tem autorização legislativa



*Dona de um dos mais belos litorais do Estado, a Região dos Lagos já despertou o interesse das multinacionais*

Prefeitos e vereadores do interior do Estado do Rio estão levantando dúvidas sobre o Programa Estadual de Desestatização - PED -, que prevê a privatização dos serviços de Saneamento Básico no Estado. Segundo os políticos, o governo do Estado vem tomando decisões sobre a questão sem consultar os municípios.

Essa insatisfação vem sendo evidenciada nos encontros que a direção da ASEAC vem mantendo com prefeitos e lideranças locais de várias cidades, para levar a proposta desenvolvida pela entidade para a implantação de um novo modelo de gestão para o setor de Saneamento Básico. O projeto prevê a total reformulação da CEDAE, com a descentralização das decisões e a criação de empresas regionais, nas quais os prefeitos passam a ter assento na diretoria e a participar das decisões.

Na Região dos Lagos, onde o processo de privatização já começou, com a abertura da licitação, à revelia da sociedade local, houve dois encontros com políticos locais para discutir o assunto. O primeiro, na Câmara de Vereadores de Araruama, por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores de Niterói, contou, além da direção da ASEAC, com a presença de representantes do Sindicato de Campos, e serviu, também, para que os vereadores tomassem conhecimento da atual fase do processo de transferência do Saneamento à iniciativa privada.

A repercussão foi imediata, com a maioria dos vereadores manifestando-se contra a privatização dos serviços de Saneamento. Em função disso, eles tomaram a iniciativa de marcar um segundo encontro, desta vez com a presença de representantes de todas as cidades onde os serviços estão ameaçados de privatização. No encontro, de mais de três horas, houve um amplo debate com os políticos locais, que se confessaram "alheios a todo o processo", e solicitaram, inclusive, cópias dos editais de licitação lançados pelo governo do Estado, para se inteirarem de seu teor. Os vereadores fizeram críticas ao atual modelo

centralizado de administração da CEDAE, demonstrando boa receptividade à proposta dos empregados da Empresa.

Para tomar uma decisão mais democrática, os presidentes das câmaras locais decidiram levar o assunto a discussão com os vereadores de suas respectivas cidades, com base no teor dos editais de licitação, da análise da situação local feita pela ASEAC e no novo modelo de gestão proposto. Após uma nova reunião com os técnicos da CEDAE, os vereadores resolveram analisar a possibilidade de criar uma comissão, integrada por representantes do meio político dos municípios envolvidos, para discutir com o governador Marcello Alencar uma forma de gestão para a Região, que atenda, de fato, os interesses da sociedade local. Se do encontro com o Governador não surgir uma solução, os vereadores acenaram com a possibilidade de mover uma ação popular para impedir o processo de privatização do serviço de Saneamento. Em princípio, os vereadores não perdoam "o desrespeito à lei orgânica dos municípios, na medida em que os prefeitos locais, em final de mandato, fizeram um convênio com o governo do estado, para licitar os serviços de Saneamento à iniciativa

privada sem a devida autorização legislativa". Assim como não perdoam, também, o fato de os vereadores e a sociedade local não terem participado da discussão do processo.

**Silva Jardim**

Pelo menos 50% dos vereadores de Silva Jardim que, antes, eram favoráveis à privatização do Saneamento local, mudaram de posição, depois de ouvir a exposição da direção da ASEAC a respeito do novo modelo de gestão. Os demais, não manifestaram opinião, mas demonstraram bastante interesse em conhecer o projeto. Segundo os técnicos da CEDAE, o motivo maior da insatisfação dos políticos locais se prende ao fato de a fonte primária de abastecimento de toda a Região dos Lagos - a lagoa de Juturnaíba - se localizar dentro da área do município e este, ironicamente, ser o menos favorecido pelo sistema de abastecimento.

Em Parafba do Sul, na região serrana do estado, a ASEAC manteve encontro com diversos representantes da sociedade civil local, com a presença de todos os empregados da CEDAE, para expor o novo modelo de gestão que está sendo proposto para a Companhia, também com boa receptividade.

## Ação poderá sustar privatização

AJB

Com patrocínio da ASEAC e apoio de outras entidades representativas do setor de Saneamento Básico, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Águas e em Serviços de Esgotos de Niterói entrou com uma ação civil pública - pedido de tutela antecipada ou medida cautelar -, na Vara de Fazenda Pública do Estado, contra a privatização do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Região dos Lagos.

Na ação, impetrada pelo advogado Marcelo Cerqueira (autor, entre outras, das ações contra a privatização do Banerj, Furnas e Vale do Rio Doce), o autor alega, de início, "insanável contradição entre os objetivos da lei 2.470/95, que criou o Programa Estadual de Desestatização - PED -, e a retaliação da CEDAE, especialmente porque os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são, caracterizadamente, de natureza pública.

A ação argumenta, ainda, que a Lei Federal que dá o conteúdo ideológico aos diferentes processos de privatização tem como objetivo fundamental "reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público". Com base em "Acórdão" do próprio Supremo Tribunal Federal, o advogado considera "um desatino afirmar que a distribuição de água e a coleta de esgotos é atividade indevidamente explorada pelo setor público".

Os editais também são motivo de questionamento legal na ação, principalmente, os itens que tratam dos direitos e obrigações das Usuários, em especial a cláusula 17ª, alínea g, que determina que o consumidor deve "pagar pelos serviços recebidos, sob pena de multa ou desligamento dos serviços de água e esgoto". Diante disso, Marcelo Cerqueira indaga "se a distribuição de água e a coleta de esgotos é serviço público indis-



Cesar Ortica/AJB

Marcelo: Insanáveis contradições no processo

pensável e de interesse da coletividade ou é uma oportunidade de gerar lucro para uma empresa privada, por melhor intencionada que ela possa ser?". Seu argumento tem por base a informação de que, hoje, somente na cidade do Rio de Janeiro, "um milhão de moradores não pagam nem água, nem esgoto, porque não podem pagar, e a CEDAE mantém o serviço, porque tem o dever de mantê-lo: trata-se de serviço público indispensável, de interesse público de toda a população".

Depois de um extenso relato, o advogado questiona "a precariedade do detalhamento dos projetos básicos constantes nos editais e solicita à justiça que conceda "tutela antecipada" ou "medida cautelar" para os editais, tendo em vista a sua ilegalidade, com a determinação da suspensão das licitações, até a decisão final da ação.



alemãs, que querem a concessão do Sistema de Água

## Incoerências dos editais

Apesar das críticas, o governo do Estado realizou, nos dias 24 de março e 15 de abril, no auditório do Departamento de Estradas de Rodagem, as licitações para a privatização dos serviços de Saneamento na Região dos Lagos. Dois consórcios se interessaram pelas concessões dos municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim. O primeiro deles é formado pelas empresas Erco, Covan, Queiroz Galvão e EIT e o segundo é integrado pela Carioca Engenharia e Engesan. Já para Cabo Frio, São Pedro D'Aldeia e Arraial do Cabo, apenas o Consórcio Prolagos - formado pelos grupos Monteiro Aranha, PEM-Engenharia, COPE Empreendimentos e pelas alemãs Preussag Wasser und Rohrtechnik, Hochtief Aktiengesellschaft e Rhemag - se habilitou.

Aliás, alguns itens do convênio contido nos editais, firmado entre o governo do Estado e as prefeituras da Região dos Lagos, chamaram a atenção dos técnicos da CEDAE, pela incoerência em vários pontos. No edital CN-03/96 - SOSP/ERJ, que trata da privatização de

Araruama, Saquarema e Silva Jardim, algumas cláusulas foram consideradas verdadeiros absurdos.

Na segunda, por exemplo, o texto, além de confuso, diz que "cabe ao estado a titularidade e o exercício das competências inerentes à qualidade do Poder Concedente, à captação e adução da água por atacado, proveniente dos rios, e demais bens públicos, compreendendo o domínio hídrico estadual, conforme dispõe a Constituição." Ocorre que a própria Constituição determina que o estado só tem a posse da água, quando ela está na superfície ou subterrânea, fluente, emergente e em depósito. Não significa, portanto, que as adutoras, os reservatórios e a estação de tratamento sejam propriedade do poder estadual. Tratam-se de bens imóveis que integram o ativo patrimonial da CEDAE. O estado é, sim, acionista majoritário, sendo a sua participação disciplinada pela Lei das S.A.

A cláusula quarta, por sua vez, afirma que "o estado e a CEDAE rescindirão o convênio de concessão, eventualmente vigente, no ato da assinatura do contrato de concessão com a empresa vencedora da licitação, sem qualquer ônus para os municípios convenientes". Outro absurdo, pois, se os convênios são assinados tão somente pelo presidente da CEDAE e pelo prefeito, autorizado pela Câmara de Vereadores, o estado não tem o que rescindir.

Na cláusula quinta, também há outra incoerência: Pelo edital, os municípios se obrigam a "ceder à concessionária os bens, instalações e equipamentos de sua propriedade, necessários à prestação dos serviços objeto do convênio, na forma a ser definida no contrato de concessão". Complementando, a cláusula sexta, referente aos ativos, diz, ainda, que todas as instalações e equipamentos utilizados na prestação dos serviços reverterão para os respectivos municípios convenientes, ao final do contrato de concessão, na forma a ser explicitada no edital e no contrato com a concessionária. Ocorre, no entanto, que, até a assinatura do contrato com a concessionária, as instalações e equipamentos utilizados nos municípios convenientes são de propriedade da CEDAE, logo, a cláusula quinta não é verdadeira e, por consequência, a cláusula sexta também não é.

Já segundo o contrato de concessão anexado ao edital, o estado e os municípios se comprometem a ceder os bens da CEDAE. Esta é uma sociedade de economia mista e o estado, como acionista majoritário, intervém na empresa, através de leis, decretos etc. E, assim, determinou a rescisão futura do convênio com as prefeituras da Região dos Lagos, para viabilizar a venda do sistema, sem respeitar os direitos dos acionistas minoritários; o patrimônio da Companhia; e doando bens sem reembolso à iniciativa privada, que poderá explorar os serviços até o final do contrato.

# César Maia se diz contrário à privatização da CEDAE

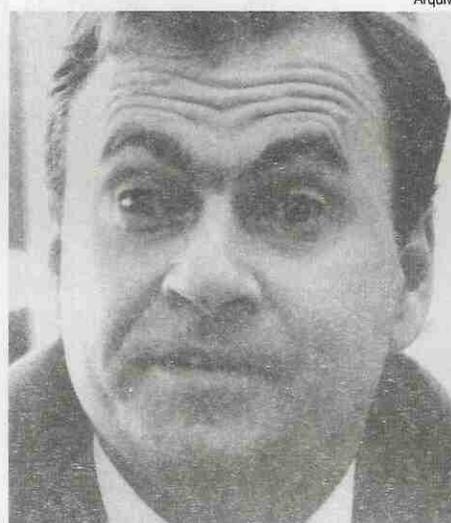
*Ex-prefeito apóia modelo que defende o Saneamento na esfera do setor público*

“Não concordo com o que estão fazendo com a CEDAE, pois trata-se de uma empresa perfeitamente viável. Nas minhas mãos não seria necessário mais do que seis meses para torná-la superavitária”. A frase é do ex-prefeito César Maia (PFL/RJ), ao manifestar sua posição contrária à privatização da Companhia que, no seu entender, poderia estar cumprindo muito melhor a sua função, se estivesse no setor de Meio Ambiente.

O ex-prefeito recebeu a diretoria da ASEAC para uma conversa sobre o processo de privatização do Saneamento no Estado e sobre o projeto de mudança do modelo de gestão da

CEDAE, elaborado pelos técnicos da empresa, através da ASEAC. César Maia adiantou que a proposta já era de seu conhecimento. Na opinião do ex-prefeito - candidato virtual às eleições para o governo do Estado -, as pressões que a Empresa sofre, hoje, decorrem do fato de ela estar atrelada a uma secretaria voltada para a execução de obras. Segundo César Maia, o Saneamento deveria estar ligado à área ambiental. Aliás, segundo explicou, técnicos que estão preparando o seu programa de governo para 1998, estão analisando a CEDAE, dentro da área ambiental.

À respeito do Sistema de Sanea-



Arquivo

*César Maia: CEDAE deveria ir para a área de Meio Ambiente*

mento da Barra/Recreio e Jacarepaguá, César Maia disse que o atual prefeito, Luís Paulo Conde, conseguiu, através de negociações, fazer com que o governador Marcello Alencar adiasse, “sine die”, o processo de privatização. Segundo Cesar Maia, não dá para saber até quando vamos impedir o processo de privatização, com o filho que o governador tem, “que é quem manda nesse estado”, ironizou. Ao concluir, o ex-prefeito disse que gostou muito do projeto, que prevê um novo modelo de gestão para a Empresa, “pois a CEDAE é um órgão importante, que deve ser mantido no setor público”.

## Empresa privada deixa Tâmisia secar

*Nelson Franco Jobim*  
Correspondente

*(Transcrito do Jornal do Brasil - 12/04/97)*

Londres - Não chove há mais de uma semana e o Rio Tâmisia está com menos de um terço de seu volume. Esta pode ser a pior seca dos últimos 200 anos e as companhias de águas e esgotos, acusadas de não tomarem providências para garantir o abastecimento, estão sob intensa pressão. Se vencer as eleições de 1º de maio, a oposição trabalhista, favorita nas pesquisas, pretende convocar uma reunião de emergência para obrigar as empresas, privatizadas por Margareth Thatcher, em 1989, a conter os vazamentos e fazer os investimentos necessários à renovação da infra-estrutura. Daqui a 50 anos, indicam as previsões, um em cada dois anos será tão seco quanto 1995, quando o sistema esteve à beira do colapso e um terço da população britânica teve de racionar água.

Para o Ministro do Meio-Ambiente, John Gummer, a culpa é do tempo. Nos últimos 20 anos, houve três secas como as que só costumavam ocorrer a cada 200 anos na, normalmente, fria, sombria e chuvosa Inglaterra. Em outubro passado, no entanto, ele advertiu as ex-estatais do setor, que deve haver água nas torneiras britânicas com qualquer tempo. O órgão regulador, Ofwat, por sua vez, rejeitou os planos de preservação dos recursos hídricos apre-

sentados pelas empresas.

Uma delas, a Thames Water, por exemplo, perde 38% da água, em vazamentos existentes nos seus reservatórios, enquanto tira mais e mais água do rio que banha Londres. O Tâmisia apresenta novas ilhas e praticamente não é navegável acima do Jardim Botânico de Kew. Para evitar encalhes, 70% dos barcos de turismo suspenderam o passeio até o Hampton Court Palace.

Até o momento, a única reação da Thames Water

foi reativar planos para construir um gigantesco reservatório de 10 quilômetros quadrados no Condado de Oxford, rejeitados pelo órgão regulador. David Walker, assessor do Ofwat para questões tarifárias, afirma ser possível reduzir o índice de vazamentos nos reservatórios para 15% ou 10%, como já ocorreu no Japão e em Cingapura.

Apesar das repetidas promessas, os 10 monopólios privados de abastecimento de água não estão investindo os recursos necessários. Na privatização, em 1989, o governo assumiu dívidas equivalentes a R\$ 8,4 bilhões. Desde então, as empresas tiveram

lucros equivalentes a R\$ 20 bilhões, mas investiram menos de R\$ 3 bilhões na manutenção das redes de água e esgotos. Esse nível de investimento é mais ou menos o mesmo da época anterior à privatização.

As tarifas são 10 vezes mais caras e os serviços pioraram muito. A perda por vazamentos aumentou de 25%, em 1989, para 37%, no ano passado. Como as empresas não estão cumprindo as metas estabelecidas por elas próprias, o Partido Trabalhista ameaça fixar metas obrigatórias, se ganhar as próximas eleições.

A maioria das obras de manutenção e renovação de rede ocorreu logo depois da privatização. Depois começou o declínio.

Na opinião de Richard Schofield, professor de Direito na Bolton Business School, e de Jean Shaoul, do Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade de Manchester, em vez de proteger o consumidor, a principal função do órgão controlador é garantir a saúde financeira das companhias de águas e esgotos, para que não entrem em colapso e façam investimentos exigidos para a manutenção e a melhoria das

redes. Em consequência, elas apresentam ambiciosos programas de investimentos, para justificar aumentos de tarifa, mas esses programas nunca são inteiramente realizados.

*“Na privatização, em 1989, o governo assumiu dívidas equivalentes a R\$ 8,4 bilhões. Desde então, as empresas tiveram lucros equivalentes a R\$ 20 bilhões, mas investiram menos de R\$ 3 bilhões na manutenção das redes de água e esgotos.”*

“A área de esgotos voltou a ter representatividade e a importância no cenário da Companhia, com suas prioridades debatidas pela cúpula da empresa.”

## Área de Esgotos dribla a falta de recursos com criatividade

Não importa se é Zona Sul ou Norte da cidade, dia ou noite, feriado ou fim de semana, a rotina é a mesma. Diariamente, durante 24 horas, milhares de litros de águas servidas são coletados de prédios e residências, através de cerca de 4.300 km de rede da CEDAE - dos quais, 3.500 km na Região Metropolitana - existente em todo o Estado, para garantir que a população não seja obrigada a conviver com uma das mais perigosas ameaças à sua saúde: os esgotos.

Não é uma tarefa fácil. Exige muito empenho, criatividade e muito trabalho da equipe responsável pelo serviço, formada por técnicos, engenheiros e operários, sob o comando da Superintendência de Operações de Esgotos. Afinal, “a água de hoje é o esgoto de amanhã. Aliás, pelo projeto de modernização da CEDAE, defendido pelos técnicos, a área de Esgotos, assim como a da água, deverá ter uma Empresa Especializada.

Na verdade, devido a uma greve do seu pessoal, a área de esgotos voltou a ter representatividade e importância no cenário da Companhia, com suas prioridades debatidas pela cúpula da empresa. Hoje, o setor de esgotos é responsável pelo mais complexo elenco de obras de Saneamento em desenvolvimento no Estado, como as do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara.

Mas não é só de obras que vive a área de esgotos. O dia-a-dia da população exige atenção e empenho redobrado: com apenas 483 dos 953 empregados lotados na DES (apenas 34, pouco mais de 3%, são terceirizados), a Superintendência de Operações e Manutenção é responsável pelo atendimento de 60% da população metropolitana do Rio (cerca de 4,5 milhões de pessoas) e pelo tratamento de 30% do esgoto coletado, o que representa mais de 2 milhões de habitantes na Região Metropolitana, números estes que deverão se ampliar bastante, com a conclusão das obras de despoluição da Baía. No total, isso representa, hoje, cerca de 275 mil ligações, sem falar das Estações de Tratamento da Penha, a maior do Es-



A ETE da Penha - maior estação do Estado - trata diariamente 139 mil m<sup>3</sup> de esgotos de vários bairros do Rio



Trabalhadores da CEDAE fazem manutenção permanente no filtro biológico

tado, e da Ilha do Governador.

- O trabalho não é fácil. Afinal, a rede de esgotos data do final do século passado, do tempo da “City” de Londres, e a escassez de recursos para investimento na manutenção do sistema é, sem dúvida, um fator negativo. Mas, além da união de toda a equipe, temos um forte apoio do Diretor, José Carlos Pimentel, que não mede esforços na obtenção de recursos para a evolução da nossa área - explica o engenheiro Márcio de Melo Rocha, chefe do serviço eletro-mecânico de esgotos da Zona Sul. Segundo ele, as dificuldades existem, a exemplo dos de-

mais setores, mas a consciência da importância do serviço prestado à população faz com que toda a equipe se empenhe mais na busca de soluções.

Entre as maiores dificuldades, Márcio destaca a falta de pessoal, cujo quadro, atualmente, se tornou pequeno para a dimensão da responsabilidade dos serviços. “Precisaríamos de 40 a 50% a mais desse contingente. Mas temos suprido essa deficiência com a automação de algumas elevatórias e muito esforço pessoal da equipe. É bem verdade que, às vezes, temos que ficar aqui, depois da hora, fazendo, nós

mesmos, um reparo ou outro em uma viatura, para não deixarmos serviços pendentes no dia seguinte. E isso a maioria faz com boa vontade, pelo amor que tem pela Companhia e pela área de esgotos”, diz o engenheiro. Aliás, a questão das viaturas é outra dificuldade, pois a média de idade da frota é de mais de 10 anos, “embora ainda tenhamos alguns veículos do tempo da Esag e da antiga Cedag”.

Mas tudo tem sido superado. Conscientes das dificuldades de recursos, os técnicos da área de esgotos, para que fosse possível viabilizar a ligação da elevatória de Caiçaras ao emissário submarino (em andamento), tiveram, por exemplo, que recuperar algumas peças, como registros, a partir de material de sucata. Com o apoio da oficina de São Cristóvão, foi possível montar e aproveitar um registro de 600 mm. A unidade do Juramento (Grandes reparos) cedeu alguns tubos “e a obra está em execução”. Agora, a estação, que era afluenta da elevatória do Leblon, vai ganhar uma linha de recalque independente e não prejudicará mais a bacia que ela serve, na área da Lagoa Rodrigo de Freitas, como ocorria quando havia uma paralisação no Leblon. “Soluções como essa vem servindo para garantir a ausência da CEDAE nas manchetes dos jornais da cidade, com sucessivos estouros de tubulações e linhas de recalques, além de outras dificuldades”, afirma o engenheiro.

# Comunidade questiona edital

Com R\$ 380 milhões, nova concessionária poderá ganhar R\$ 2,65 bilhões

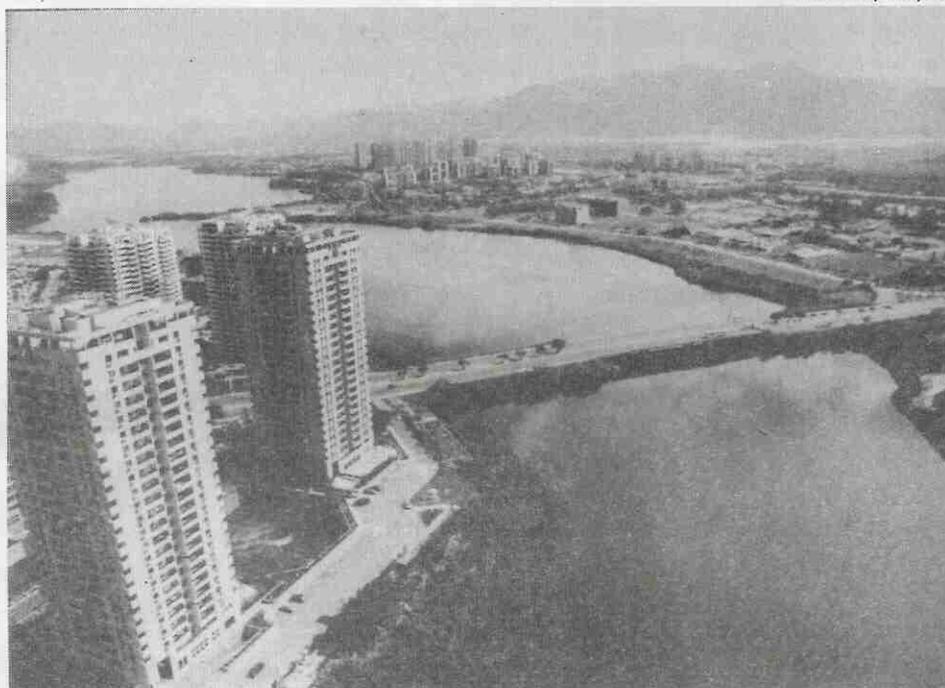
João Cerqueira/AJB

A sociedade carioca está começando a despertar para os riscos de se fragmentar a CEDAE em várias concessões privadas. O presidente da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, Delair Dumbrosck Mello, encaminhou um ofício à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, protestando contra os prazos para investimentos, estabelecidos no edital lançado pelo governo do Estado para privatizar o sistema de Saneamento da Barra/Recreio e Jacarepaguá. Segundo estudos dos moradores da Barra, a empresa vencedora da licitação vai faturar, em 11 anos, R\$ 1,15 bilhão - sem contar os outros 14 anos de concessão - e só terá que investir R\$ 380 milhões, diluídos até 2008.

No documento, a comunidade da Barra solicita o apoio dos vereadores cariocas para interferir na alteração dos prazos do edital, que contraria os interesses da população - que não é atendida na sua totalidade - e do próprio Estado, já que os prazos definidos "parecem ser lesivos aos cofres da CEDAE e ao meio ambiente, que continuará a ser agredido com poluição e assoreamento do sistema lagunar local", tendo em vista que as obras deverão se arrastar, desnecessariamente, até o 11º ano da concessão.

## Argumentos

Segundo projeção feita pela Câmara Comunitária da Barra, a arrecadação das tarifas de água/esgoto na região totalizou, conforme dados da própria CEDAE, em outubro de 1996, o montante de R\$ 105 milhões/ano, que a concessionária já iria receber a partir do 6º mês da assinatura do contrato. A nova empresa prestadora dos serviços terá três anos (30 meses de obras, mais seis meses de projeto), para executar a primeira fase prevista no edital, tendo uma arrecadação de R\$ 315 milhões nesse período, contra um investi-



Prazos são lesivos aos interesses da CEDAE e da comunidade

mento em obras previsto, de R\$ 200 milhões. Além disso, a concessionária terá, a partir da assinatura do contrato até 2008, prazo para completar as outras fases (2ª e 3ª), com investimentos totais previstos de R\$ 180 milhões.

Isto significa que a concessionária vai receber, ao longo de 11 anos - de 1997 a 2008 - R\$ 1,155 bilhão em valores de hoje, contra investimentos em obras de apenas R\$ 380 milhões, ficando ainda com mais 14 anos de receita - R\$ 1,5 bilhão, também em valores atuais - para arrecadar, sem obrigações de investir em novas obras. No documento, a Câmara Comunitária observa que, apesar das despesas que a concessionária terá com a expansão e manutenção do sistema, a receita será compensada com o aumento da população e redução das perdas, de aproximadamente 60%.

Partindo do quadro de atendimento à população com Saneamento, que prevê o atendimento de 95% da população até

o final da concessão, em 2008, a sociedade da Barra da Tijuca questiona, também, o fato de que os moradores vão pagar por serviços de esgoto sem tê-los. Além disso, "quem será o responsável, ao longo dos anos, pela população não servida e para onde irá o esgoto produzido pela população não atendida?", questiona o documento.

A Câmara Comunitária pondera, ainda, que, no prazo de cerca de quatro anos, a arrecadação será suficiente para cobrir todos os custos com as obras a que se propõe a concessionária. Diante disso, "não há razão alguma para, se paralisar as obras, a partir do terceiro ano, "arrastando-as até o 11º ano da concessão". Ao concluir, lembra que, em todos os contratos assinados, tais como as concessões da Via Dutra, Ponte Rio-Niterói, Túnel da Covanca e, agora, na RJ 124 (Rio Bonito-São Pedro D'Aldeia), as empresas se comprometeram a investir, fazer obras e, somente após isso, é que passam a fazer jús ao pedágio.

## O que há por trás das obras do Recreio?

Em menos de quinze dias, após fazer um acordo com o prefeito do Rio, Luis Paulo Conde, quando ficou definido que a prefeitura realizaria as obras de ampliação da oferta d'água para o bairro do Recreio dos Bandeirantes, o governador Marcello Alencar mudou de idéia e anunciou a liberação de R\$ 6,8 milhões para a instalação de 11 quilômetros de redes, no bairro. Segundo a informação, os investimentos independem do processo de municipalização ou da privatização do abastecimento do Recreio. O anúncio do governo do Estado causou estranheza. O curioso, nessa história toda, é que a precariedade do abastecimento do Recreio poderia ser um entrave à licitação do serviço à iniciativa privada. Quer dizer, ou o Estado resolveu fazer as obras, utilizando recursos públicos para garantir a entrega do sistema da Barra/Recreio/Jacarepaguá à iniciativa privada, ou o Saneamento está sendo usado, de novo, como arma política. Desta vez, na briga entre Marcello Alencar, que quer se reeleger, e o ex-prefeito César Maia, candidato às eleições de 1988.